

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em novembro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de novembro de 2023 apresentou um déficit primário de R\$ 39,2 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 135,5 bilhões nesse mês, crescimento de 3,1% em termos reais, comparativamente a novembro de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 174,7 bilhões, acréscimo de 18,9% na mesma base de comparação. No acumulado de janeiro a novembro deste ano, o déficit primário está em R\$ 114 bilhões, ante o superávit de R\$ 54,8 bilhões no mesmo período de 2022.

Em novembro, a receita total apresentou um crescimento real de 1,7%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com crescimento real de R\$ 3,8 bilhões (8,7%) e das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com aumento de R\$ 3,7 bilhões (19,9%). As receitas administradas pela RFB caíram R\$ 4,5 bilhões (-4,0%) no período. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, registrou crescimento de R\$ 4,1 bilhões (3,1%). No acumulado de janeiro a novembro, a receita total registrou uma variação real negativa de 3,5%, somando uma queda real de R\$ 77,9 bilhões, fortemente impactada pela queda na arrecadação das receitas não administradas pela RFB – que tiveram no período um decréscimo de 21,1%, redução real de R\$ 80,1 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com queda de 1,9% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 25,9 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumula alta de 5,7%, no montante de R\$ 28,1 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, como supracitado, novembro registrou acréscimo real de 18,9% relativamente ao mesmo mês de 2022. Ainda na tabela 1, no acumulado do ano até novembro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 117,7 bilhões (6,8%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 99,9 bilhões (28,9%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de dezembro de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/09/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-agosto-de-2023/>.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-novembro (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)
	nov./2022	nov./2023		2022	2023		Até nov./2022	Até nov./2023	
1-Receita Total	176.346	179.349	1,7	2.221.013	2.143.082	-3,5	2.453.847	2.369.332	-3,4
1.1 - Receita Administrada pela RFB	113.579	109.080	-4,0	1.347.579	1.321.651	-1,9	1.474.040	1.445.858	-1,9
1.2 - Incentivos Fiscais	0	0	0,0	-55	-61	9,8	-137	-64	53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.424	48.272	8,7	493.735	521.797	5,7	563.708	594.119	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	18.343	21.996	19,9	379.754	299.695	-21,1	416.236	329.419	-20,9
2. Transf. Por Repartição de Receita	44.888	43.818	-2,4	436.429	409.557	-6,2	478.494	456.629	-4,6
3. Receita Líquida (1-2)	131.457	135.531	3,1	1.784.584	1.733.525	-2,9	1.975.353	1.912.702	-3,2
4. Despesa Total	146.904	174.722	18,9	1.729.806	1.847.482	6,8	1.905.356	2.022.035	6,1
4.1 Benefícios Previdenciários	64.575	68.213	5,6	776.792	812.696	4,6	837.929	878.101	4,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.164	29.911	-4,0	319.451	314.475	-1,6	358.248	352.273	-1,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.091	29.992	24,5	287.520	274.410	-4,6	311.289	299.970	-3,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.075	46.607	72,1	346.044	445.901	28,9	397.889	491.691	23,6
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-15.447	-39.191	-153,7	54.778	-113.957	-308,0	69.998	-109.332	-256,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em novembro foi registrado uma retração real de R\$ 4,5 bilhões (-4,0%) em relação ao mesmo mês do ano passado. O desempenho das receitas administradas foi impactado pela queda na arrecadação do Imposto de Importação (II), do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando um decréscimo real de R\$ 7,4 bilhões, parcialmente compensada pela arrecadação dos demais itens de receita que apresentaram um crescimento de R\$ 2,9 bilhões, quando comparadas com o mesmo período do ano passado. As receitas não administradas pela RFB apresentaram um crescimento no período de 19,9%, com destaque para as receitas com dividendos e participações, e demais receitas não administradas, com crescimentos reais de R\$ 2,1 bilhões (171,7%) e de R\$ 2,7 bilhões (65,3%), respectivamente.

No acumulado até novembro, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 77,9 bilhões (-3,5%). As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 38,8 bilhões (-85,4%), seguidas pela retração de R\$ 38,8 bilhões (-45,9%) em dividendos e de R\$ 25,6 bilhões (-19,1%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 16 bilhões (-10,0%) na CSLL, de R\$ 8 bilhões (-1,3) no IR, de R\$ 7,2 bilhões (-12,6%) no II e de R\$ 4,6 bilhões (-7,9%) no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em novembro também ocorreu um expressivo aumento em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactado pelo pagamento de despesas com previdência social – R\$ 3,6 bilhões (5,6%) –, pelas transferências temporárias para estados e municípios para a compensação dos efeitos da LC nº 194/2022, nos termos da LC nº 201/2023, no montante de R\$ 10,5 bilhões, impactando o item “demais despesas obrigatórias”, pelo pagamento de despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Programa Bolsa Família e despesas obrigatórias com saúde) – R\$ 9,9 bilhões (51,6%) – e pelo pagamento de despesas discricionárias – R\$ 9,6 bilhões (122,6%). Também em novembro, apenas as despesas com créditos extraordinários apresentaram uma expressiva redução real em relação ao mesmo período do ano passado, reduzindo o impacto das expansões destacadas.

As despesas totais, no acumulado do ano até novembro, tiveram um crescimento real de R\$ 117,7 bilhões (6,8%), com destaque para o crescimento real das despesas com benefícios previdenciários – R\$ 35,9 bilhões (4,6%) –, dos dispêndios com sentenças judiciais e precatórios – R\$ 2,1 bilhões (11,7%) –, dos pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) – R\$ 8,7 bilhões (11,4%) –, do gasto com abono e seguro-desemprego – R\$ 4,3 bilhões (6,7%) –, dos subsídios, subvenções e Proagro² – R\$ 2,8 bilhões (18,5%) – e, especialmente, as despesas obrigatórias com controle de fluxo, com alta de R\$ 90,4 bilhões (43,3%), muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o Programa Bolsa Família, lembrando que, no ano passado, parte do benefício foi pago por meio de créditos extraordinários. No entanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 41,6 bilhões (-95,1%), compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões, e despesas de pessoal, com queda no ano de R\$ 5 bilhões (-1,6%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-novembro (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)
	nov./2022	nov./2023		2022	2023		Até nov./2022	Até nov./2023	
1-Receita Total	176.346	179.349	1,7	2.221.013	2.143.082	-3,5	2.453.847	2.369.332	-3,4
1.1 - Receita Administrada pela RFB	113.579	109.080	-4,0	1.347.579	1.321.651	-1,9	1.474.040	1.445.858	-1,9
1.1.01 Imposto de Importação	5.366	4.428	-17,5	57.652	50.404	-12,6	63.574	55.267	-13,1
1.1.02 IPI	4.483	4.997	11,5	58.420	53.778	-7,9	64.988	58.810	-9,5
1.1.03 Imposto de Renda	55.317	51.645	-6,6	640.692	632.649	-1,3	700.094	698.306	-0,3
1.1.04 IOF	5.089	5.073	-0,3	57.050	56.964	-0,1	63.315	62.393	-1,5
1.1.05 Cofins	22.566	24.071	6,7	267.483	268.631	0,4	296.863	293.910	-1,0
1.1.06 PIS/Pasep	6.369	6.907	8,5	77.572	77.705	0,2	85.642	84.795	-1,0
1.1.07 CSLL	12.892	10.141	-21,3	159.715	143.728	-10,0	168.973	152.370	-9,8
1.1.09 CIDE Combustíveis	1	184	13.429,6	1.768	899	-49,2	2.072	912	-56,0
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1.496	1.635	9,3	27.228	36.893	35,5	28.518	39.096	37,1
1.2 - Incentivos Fiscais	0	0	0,0	-55	-61	9,8	-137	-64	53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	44.424	48.272	8,7	493.735	521.797	5,7	563.708	594.119	5,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	18.343	21.996	19,9	379.754	299.695	-21,1	416.236	329.419	-20,9
1.4.1 Concessões e Permissões	194	38	-80,2	45.467	6.620	-85,4	48.768	10.558	-78,4
1.4.2 Dividendos e Participações	1.207	3.279	171,7	84.428	45.647	-45,9	98.089	52.644	-46,3
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.466	2.481	0,6	16.637	15.948	-4,1	18.490	17.579	-4,9
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.279	6.423	2,3	133.620	108.060	-19,1	139.447	114.753	-17,7
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.934	611	-68,4	20.426	18.482	-9,5	22.199	20.355	-8,3
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.200	2.448	11,3	24.888	26.810	7,7	28.628	30.759	7,4
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0	0	0,0	0	0	0,0	8	91	981,1
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.063	6.716	65,3	54.288	78.127	43,9	60.607	82.680	36,4
2. Transf. Por Repartição de Receita	44.888	43.818	-2,4	436.429	409.557	-6,2	478.494	456.629	-4,6
3. Receita Líquida (1-2)	131.457	135.531	3,1	1.784.584	1.733.525	-2,9	1.975.353	1.912.702	-3,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

2. Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-novembro (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de nov./2023)		Taxa de variação (%)
	nov./2022	nov./2023		2022	2023		Até nov./2022	Até nov./2023	
4. Despesa total	146.904	174.722	18,9	1.729.806	1.847.482	6,8	1.905.356	2.022.035	6,1
4.1 Benefícios Previdenciários	64.575	68.213	5,6	776.792	812.696	4,6	837.929	878.101	4,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.164	29.911	-4,0	319.451	314.475	-1,6	358.248	352.273	-1,7
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24.091	29.992	24,5	287.520	274.410	-4,6	311.289	299.970	-3,6
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	3.423	3.524	2,9	65.176	69.522	6,7	68.711	72.718	5,8
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.737	8.091	20,1	76.340	85.076	11,4	82.572	92.081	11,5
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	7.010	444	-93,7	43.714	2.127	-95,1	49.200	8.075	-83,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	-	3.309	0	-100,0	3.833	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.942	3.075	4,5	31.910	34.920	9,4	34.742	37.844	8,9
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.312	1.575	20,1	13.166	14.574	10,7	15.240	17.221	13,0
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	348	332	-4,5	3.873	3.701	-4,4	4.239	4.047	-4,5
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	391	424	8,6	17.805	19.890	11,7	18.078	20.298	12,3
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	374	1.266	238,4	15.026	17.810	18,5	16.271	19.054	17,1
4.3.10 Impacto Primário do FIES	218	0	-100,0	618	1.593	157,7	1.108	1.753	58,2
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	1.336	11.260	742,7	16.583	25.196	51,9	17.297	26.880	55,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.075	46.607	72,1	346.044	445.901	28,9	397.889	491.691	23,6
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	19.240	29.163	51,6	208.535	298.921	43,3	229.692	322.050	40,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	7.835	17.444	122,6	137.508	146.980	6,9	168.198	169.641	0,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Cristiano da Costa Silva

Debora Mesquita Pimentel

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
